

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.434 - RJ (2019/0222996-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JANILCE DE JESUS MORAIS CIDREIRA
ADVOGADO : ADRIANA MOTA FACUNDE LIMA - RJ181191
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PETRÓPOLIS - RJ
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência instaurado por Janilce de Jesus Moraes Cidreira entre o Juízo Federal da 1ª Vara de Petrópolis – SJ/RJ e o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Petrópolis – RJ.

Extraí-se dos autos que a suscitante está sendo processada pela Justiça Estadual perante a 1ª Vara Criminal de Petrópolis/RJ (proc. nº 0014964-08.2016.8.19.0042) por supostos crimes de estelionato, organização criminosa e lavagem de capitais, e pelo Justiça Federal (proc. nº 0500170-66.2016.4.02.5106) para apurar suposta fraude em ações judiciais no INSS.

A suscitante afirma que há conexão entre os crimes federais e estaduais, razão pela qual o feito deve tramitar conjuntamente perante a Justiça Federal, com base na Súmula 122/STJ.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer "pelo indeferimento do pedido de declaração da justiça federal para processar e julgar todo o feito, devendo os aludidos processos correrem em seus respectivos juízos em face da ausência de qualquer forma de conexão dos fatos delituosos atribuídos a Janilce de Jesus Moraes Cidreira." (e-STJ, fl. 395).

É o relatório.

Decido.

Adianto que é o caso de não conhecimento do conflito.

Da análise dos autos, tem-se que o Juízo Federal está apurando os delitos de fraude contra INSS e o Juízo Estadual os crimes de estelionato, organização criminosa e lavagem de capitais, sem qualquer levante de controvérsia entre eles. Em outros termos, não há conflito de competência entre os magistrados.

Conforme bem sintetizou o Ministério Público Federal:

" ... cotejando as informações prestadas pelo juízo federal com a cópia da denúncia que acompanha este incidente, verifica-se que, **na Justiça Federal (processo nº 0500170-66.2016.4.02.5106), Janilce de Jesus Moraes Cidreira responde fraude em procedimento de benefício previdenciário de pensão por morte de José Ribamar Sousa Cidreira requerido...à Agência da Previdência Social do INSS em Petrópolis, em 05/04/2013...com a possível participação de Donato Brandão Costa, um dos sócios da pessoa jurídica IBDS Capacitação Profissional e Serviços Ltda...(fls. 367), enquanto, perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de**

Superior Tribunal de Justiça

Petrópolis/RJ, Janilce foi denunciada por ter, supostamente, como integrante de organização criminosa, praticado delitos de estelionato contra alunos do Colégio CEUB (Centro de Ensino Unificado Batista Ltda-ME). Segundo a denúncia, tais alunos foram induzidos e mantidos em erro mediante a utilização de artifício fraudulento, qual seja, a captação dos alunos mediante oferta de curso de pós-graduação para o qual o referido Colégio não era legalmente habilitado ou autorizado a fornecer, com posterior encerramento repentino e inadvertido das atividades do Colégio, tendo os acusados se apoderado das importâncias pagas pelos alunos sem a devida contraprestação e sem qualquer tipo de reembolso (fls. 73).

Dessa forma, verifica-se que no processo nº 0014964-08.2016.8.19.0042, que corre na justiça estadual, Janilce responde pelos supostos crimes de associação criminosa e estelionato contra alunos de pós-graduação do Colégio CEUB, enquanto no processo nº 0500170-66.2016.4.02.5106, da justiça federal, responde pela suposta prática de estelionato previdenciário." (e-STJ, fls. 394-395).

Ante o exposto, **não conheço** do conflito de competência.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator